

Reflexões sobre o sionismo e Israel

AVRAHAM MILGRAM

Doutor em História pela Universidade Hebraica de Jerusalém e historiador do Yad Vashem – The International Institute for Holocaust Research, Jerusalém, Israel

RESUMO Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a emergência do sionismo herzliano, à luz das discriminações e do antissemitismo vigentes na Europa no final do século XIX, examinando suas transformações ao longo do tempo. Mostra a oposição inicial dos judeus ortodoxos e, após o final da Segunda Guerra Mundial, quando milhões de judeus foram dizimados, o reforço à tese sionista pelo processo de descolonização dos países do norte da África e pela consequente expulsão das comunidades judaicas para Israel. O sionismo não conseguiu resolver a questão judaica com o estabelecimento do Estado de Israel há 60 anos, uma vez que os mecanismos ideológicos antissemitas que continuam a culpar os judeus por algo que não cometeram não perdem vitalidade; os judeus da diáspora vêm sendo associados ao Estado de Israel e aos desígnios de sua política como se fossem responsáveis pela mesma. Desde seus primórdios, o movimento Sionista e o Estado de Israel se confrontaram com a questão da população árabe. Seis décadas após a independência, a integração e normalização de Israel no Oriente Médio depende em grande parte da sua inserção na região, da sua aceitação e legitimidade para ser um Estado Judeu e da pacificação de suas relações com o povo palestino e da resolução das questões vitais e pendentes do conflito.

PALAVRAS-CHAVE Sionismo, Israel, questão judaica.

ABSTRACT This paper offers several reflections about the emergence of Herzlian Zionism, shedding light upon discrimination and anti-semitism present in Europe in late 19th century and examining its transformations over the course of time. It shows the initial opposition of orthodox Jews and, after the Second World War, when millions of Jews were exterminated, the reinforcement of the Zionist thesis through the decolonization process of North African countries and through the consequent expulsion of Jewish communities to Israel. Zionism didn't succeed in solving the Jewish question with the establishment of the State of Israel sixty years ago, since anti-semitic ideological mechanisms that continue to blame Jews for something they didn't commit do not lose vitality; diaspora Jews are being associated to the State of Israel and to the purposes of its politics as if they were responsible for it. Since its origin, the Zionist movement and the State of Israel have faced the Arab population affair. Six decades after independence, integration and normalization of Israel in the Middle East depends a great deal on its insertion in the region, on its acceptance and lawfulness in order to exist as a Jewish State and on the pacification of its relations with the Palestinian people and on resolution of vital and pendant questions of the conflict.

KEYWORDS Zionism, Israel, the Jewish question.

O SIONISMO, ENTRE AS VÁRIAS CORRENTES POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS ORIUNDAS DO FINAL do século XIX, também anunciou o final da hegemonia rabínica nas comunidades do leste europeu. Para a ortodoxia religiosa, o surgimento de rivais na arena pública – bundistas, comunistas, sionistas, assimilacionistas, folkistas, entre outros – refletiu a profunda crise pela qual atravessava o judaísmo. Para estas tendências, iniciava-se uma nova era e os sionistas, à diferença de hoje, não constituíam a principal corrente, pelo contrário. Anos após o surgimento do sionismo, sua plataforma ideológica era rejeitada pela maioria

dos judeus da diáspora. Apesar da multiplicidade de atitudes, os sionistas tinham um denominador comum: eram modernistas e buscavam conciliar o judaísmo com a cultura, a ciência e a vida moderna afim de remediar os males que assolavam os judeus no *Galut* (diáspora). Os setores religiosos ortodoxos jamais se conformaram com a afronta destes judeus modernizados ousando redefinir o judaísmo, até então centrado em Deus e na religião, focalizando a nação e seus atributos nacionais, tais como cultura, língua e território. Em outras épocas eles seriam excomungados. Com o virar dos tempos, não só foram aceitos como filhos legítimos como no decorrer do tempo chegaram a incarnar o *mainstream* da rua judaica. Não só os sionistas eram modernistas. Outros grupos judaicos, à sua maneira, também desafiaram o sistema tradicional rabínico e normativo: os socialistas, os partidários do Bund, os defensores de modelos de igualdade social e econômica exigindo autonomia cultural das comunidades judaicas no marco dos estados multinacionais. Vamos encontrá-los entre os defensores da assimilação na Rússia, Polônia, Hungria, entre os alemães de “fé mosaica”, entre os *israelites* na França e por aí afora. Estas correntes buscavam soluções ao judaísmo em crise nos marcos sociais e políticos em que estavam inseridos, opondo-se a propostas nacionais territoriais dos sionistas. Naquele então, as dificuldades políticas e econômicas para a realização do sionismo durante o Império Otomano e sob o Mandato Britânico favoreceram as oposições antissionistas, apesar do clima adverso aos judeus que buscavam integrar-se nas sociedades europeias.

A erupção do antissemitismo moderno e racial no final do século XIX serviu de catalisador do sionismo hertzliano. Na introdução e no primeiro capítulo do *Estado judeu* de Theodor Hertzl (1949), vamos encontrar o pano de fundo e a *raison d'être* desta concepção:

Temos tentado por toda parte e lealmente entrar nas coletividades nacionais que nos cercam, apenas conservando a fé dos nossos pais. Não o admitem. Em vão somos sinceros patriotas, até mesmo, em certos lugares, exuberantemente patriotas; em vão fazemos sacrifícios de dinheiro e de sangue como os nossos concidadãos; esforçamo-nos em vão por elevar a glória e nossas pátrias respectivas nas artes e nas ciências, e por aumentar as suas riquezas pelo comércio e pelas transações. Nessas pátrias em que habitamos já há séculos, somos interditados como estrangeiros, e, muitas vezes, por aqueles cuja raça não estava ainda no país quando nossos pais já haviam aí padecido. A maioria pode decidir quem é o estrangeiro no país. [...] Ah! Se nos deixassem tranquilos! Mas creio que não nos deixarão em paz (HERZL, 1949, p. 43).

Em todos os países onde [judeus] vivem, por menos numerosos que sejam, a perseguição os atinge. A igualdade dos direitos, se bem que inscrita na lei, foi, de fato, quase por toda a parte, suprimida em detrimento deles (HERZL, 1949, p. 55).

Estas passagens refletem a frágil condição existencial do judaísmo europeu, produto da prometida mas não cumprida emancipação. Por esta lógica, era mister e urgia “levantar o acampamento” e constituir um Estado próprio, que solvesse os males produzidos pelo fracasso da igualdade de direitos.

Ninguém, nem mesmo pensadores sionistas mais sensíveis ao perigo que ameaçava os judeus e o judaísmo na Europa, a exemplo de Jabotinsky, foi capaz de avaliar o potencial genocida que burbulhava no seio das modernas correntes antissemitas. Portanto, não surpreende a sensação de impotência sentida pelos sionistas nos anos 1930 e 1940, quando a Alemanha de Hitler deu início à política de discriminação, expulsão e extermínio de judeus. Naquela altura, o sionismo, desarmado política e militarmente, não tinha meios para salvar milhões

de judeus condenados à morte. No pré-guerra, a infraestrutura social, cultural, política e ideológica do movimento sionista se encontrava em países como Polônia, Lituânia, Tchecoslováquia e outros. Eram movimentos juvenis pioneiros com centros de treinamento agrícola (*bachsharot*); partidos políticos, instituições culturais e literárias; escolas primárias e secundárias da rede *Tarbut*, periódicos e editoras que veiculavam diariamente jornais e livros para os adeptos da causa sionista. Em resumo, tratava-se do maior e principal contingente de sionistas que às vésperas da guerra se encontrara num beco sem saída. Expostos ao antissemitismo racial na Alemanha nazista, discriminados pelo antissemitismo econômico e estatal da Polônia e Romênia, com o propósito de fazê-los emigrar, e longe da Europa, países como os Estados Unidos começaram a restringir a entrada de estrangeiros a partir dos anos 1920. Chaim Weizmann definiu bem esta situação: “*There are in this part of the world [Europa Central e Oriental] six million people doomed to be pent up in places where they are not wanted, and for whom the world is divided into places where they cannot live, and places into which they cannot enter*” (WEIZMANN, 1936, p. 31). Impasse que cinco anos mais tarde seria resolvido pelos ditames genocidas de Hitler.

A revolta dos árabes radicais na Palestina, de 1936 a 1939, foi um desalento à imigração de judeus à Palestina, chegando ao auge com as restrições impostas pelo Livro Branco britânico, as vésperas da Segunda Guerra. Para a maioria dos jovens pioneiros sionistas que se encontravam na Europa, o Sionismo não passou de um sonho e de uma ilusão.

Com pés e mãos atados, o movimento sionista perdeu o *momentum*. Em setembro de 1942, no auge das matanças, Richard Lichteim, representante da Agência Judaica em Genebra, escreveu a Nahum Goldman, presidente do Congresso Judaico Mundial, que após a vitória os aliados resolverão

facilmente o problema dos poucos sobreviventes, e portanto não mais haverá necessidade de um Estado Judeu: “*Zionism as it was presented to the world during the last 20 years is finished... It might have been the solution for the Jews of Europe, but now it is too late... How can we ask for that State if we cannot show that several million Jews need it or, what is more, want it?*” (LICHTTEIN apud NOVICK, 2001, p. 70).

Contudo, Lichteim e outros líderes sionistas se enganaram. A guerra acabou e país algum se dispôs a aceitar sobreviventes judeus confinados nos campos de refugiados, inclusive o Brasil, conforme testemunhou Artur Hehl Neiva, chefe da delegação brasileira para seleção de imigrantes nos campos de refugiados na Alemanha (NEIVA, 1949). A destruição do judaísmo europeu não enfraqueceu a tese sionista; ao contrário, ela foi reforçada pelo processo de descolonização dos países do norte da África e pela consequente expulsão das comunidades judaicas para Israel.

Gerações de sionistas, antes e depois de 1948, esperavam ver a normalização das relações entre judeus e não-judeus com a consecução de um Estado e sua admissão na família das nações. Triste ilusão de raciocínio mecanicista e determinista. Como sabemos, isto não ocorreu. O sionismo não conseguiu resolver a questão judaica com o estabelecimento do Estado de Israel, expectativa que não correspondeu a seus prognósticos. Os judeus europeus, mas não só, continuam vulneráveis ao antissemitismo, conforme constatamos pelos inúmeros eventos antissemitas ocorridos paralelamente à segunda *Intifada*. Se bem que não correm perigo de vida, à semelhança dos anos 1920 e 1940, podemos testemunhar que os mecanismos ideológicos antissemitas que continuam a culpar os judeus por algo que não cometeram não perdem vitalidade. Desde os anos 1980 os judeus da diáspora vêm sendo associados ao Estado de Israel e aos desígnios

de sua política como se fossem responsáveis pela mesma. Israel não é certamente responsável pela onda antissemita que há vários anos se manifesta na Europa, mas tampouco pode-se negar uma possível conexão entre a realidade no Oriente Médio e as repercussões antissemitas que ocorrem em outras partes. A “questão judaica” não ficou resolvida na diáspora, conforme predizia Herzl, e tampouco em Israel, que desde seu nascimento, salvaguardando as devidas diferenças, não teve um dia sem que fosse ameaçado. Antes da Segunda Grande Guerra, era comum gente da direita, clericais, fascistas e antissemitas gritarem nas ruas: “Judeus para a Palestina”. Atualmente, o *slogan* antissemita mudou de sentido para: “Judeus saiam da Palestina”. O sionismo, que surgiu como movimento de libertação nacional judaico, anticolonialista e com aval europeu, é paradoxalmente visto nos meios intelectuais e acadêmicos da extrema esquerda europeia de hoje como a última versão do colonialismo europeu. A existência de Israel, para estes grupos, é ilegítima e a solução não é outra senão erradicá-lo, conforme sugere Ahmadinejad. Nem um “pilpul” talmúdico faria coincidir com tanto sucesso teses da extrema esquerda com as do fundamentalismo islâmico.

Logo após a guerra de independência de Israel, centenas de milhares de sobreviventes do Holocausto e outras centenas de milhares de judeus norte-africanos se estabeleceram em Israel. Um fenômeno único em que meio milhão de judeus radicados absorveu o dobro de sua população, triplicando-a nos cinco anos seguintes. Desde então, e com fatal atraso histórico, Israel vem cumprindo um dos seus princípios básicos, o de servir de refúgio a judeus perseguidos onde quer que estejam. Além da imigração massiva de judeus que vieram a Israel nos anos 1948-1953, o Estado absorveu cerca de um milhão de imigrantes da ex-União Soviética, foragidos da revolução islâmica de Khomeini no

Irã, de crises econômicas como a que ocorreu na Argentina há poucos anos e outros tantos salvos de calamidades que assolaram a Etiópia, caso único de brancos que trouxeram negros da África não para serem escravos. A maioria destes imigrantes, acosados pela pobreza ou pelo antissemitismo, bem ou mal, se integraram à sociedade israelense; destas massas, apenas uma minoria optou pelo Sionismo por ideologia ou convicção. Herzl e Max Nordau acertaram em cheio.

Um território para dois Estados?

Questão cardinal, com a qual se confronta o movimento sionista e o Estado de Israel, desde seus primórdios, diz respeito à população árabe. Nos textos de Theodor Herzl (1949) e de Achad Haam (1891), encontramos duas narrativas antagônicas: na primeira, o movimento sionista ignora a presença de população árabe no território onde ele visava realizar seus anseios nacionais, enquanto na segunda esta questão é considerada. Ambos líderes sionistas visitaram a Terra de Israel sob domínio otomano. Quando Theodor Herzl investia energias diplomáticas para a aquisição de um *charter*, não havia sequer movimento nacional árabe ou palestino, e a presença de camponeses árabes numa sociedade tradicional e patriarcal passou-lhe despercebida. Era preciso muita imaginação, no final do século XIX, para prever que destes meios iriam surgir reivindicações nacionais e territoriais palestinas que desembocariam numa série de confrontos violentos de grande desgaste para ambas as partes. Achad Haam, no entanto, ao visitar a Terra de Israel em 1891, considerou seriamente a questão árabe. Mais explícito ainda foi Isaac Epstein, educador e agricultor sionista, que em 1907 chamou a atenção para a existência de um embrião nacional árabe no seu artigo “A questão ignorada”

(EPSTEIN, 2007). Herzl não imaginou que o movimento que ele propulsou viria estimular a outro com propósitos idênticos, e que culminará, cedo ou tarde, no estabelecimento de um Estado Palestino ao lado do Estado de Israel. Quem imaginaria que o sionismo seria historicamente responsável pela criação de dois Estados?

No sionismo, e na arena política do Estado de Israel, vamos encontrar duas concepções antagônicas com pretensões geográficas opostas. Diga-se de passagem, até o presente, Israel continua sendo um Estado com fronteiras e limites indefinidos e não reconhecidos. Uma destas concepções é de natureza pragmática e conciliatória, enunciada por Chaim Weizmann ao executivo sionista em 1937: “*The choice lies between a Jewish minority in the whole of Palestine or a compact Jewish State in a part*” (WEIZMANN, 1937). A necessidade de conciliar territórios que possam suprir necessidades básicas de um Estado levando em consideração a possibilidade de judeus tornarem-se minoria em sua própria casa, é um dos fatores principais do pragmatismo e *realpolitik* adotados pelos setores centro e esquerda sionistas. Um bom exemplo, ao mesmo tempo triste e trágico, da manifestação desta tendência ocorreu pouco antes das eleições parlamentares do início de 2006. Ehud Olmert, substituto de Sharon, foi eleito primeiro-ministro com uma agenda que prometia a saída unilateral de Israel dos territórios da Judeia e Samaria. Sua mensagem foi amplamente apoiada. No entanto, poucos meses depois, o Hamas fundamentalista tomava a faixa de Gaza pelas armas, desalojando a Autoridade Palestina e fazendo regredir o processo de paz à estaca zero. Contudo, este revertere não fez recrudescer as tendências irredentes e pseudo-messiânicas imanentes da extrema-direita israelense. Esvaiu-se o sonho do “grande Israel”, fato que nem partidos de centro-direita duvidam.

Uso e abuso da memória do Holocausto

A experiência israelense é instigante, interessante e bem sucedida sob a perspectiva da história judaica moderna. A transformação da condição judaica singular de *am holam* (povo universal), nas palavras de Simon Dubnow (1929), para a de Estado-nação deu origem a um dos referenciais básicos da identidade judaica da atualidade. A identificação dos judeus com Israel atingiu o auge logo após a Guerra dos Seis Dias, deslumbrando a rua judaica que acatou sem pestanejar sua centralidade. Desde então, mas principalmente dos anos 1980 para cá, este referencial vem perdendo vitalidade. O desgaste, lento porém constante, vem abrindo espaços a outros referenciais, que junto a Israel alimentam a identidade judaica contemporânea. Um deles diz respeito à memória do Holocausto, tendência que não é tão nova mas é eficaz. Em Israel a memória do Holocausto é parte integral da ideologia do Estado e preenche funções socializantes e integradoras numa sociedade multifacetada que todavia não cristalizou seu modo de ser e sua identidade grupal. Visto sob este prisma, a memória do Holocausto torna-se fator aglutinante, acima dos particularismos e da facciosidade que caracteriza a sociedade israelense, pois o Holocausto pertence a todos, independente das origens e culturas de seus cidadãos. A partir dos anos 1970, a sociedade israelense foi-se emancipando do *ethos* socialista, pioneiro, laborista instituído pelas correntes pioneiras e institucionalizado pela hegemonia do Mapai. De lá para cá, a população das cidades em desenvolvimento, de regiões periféricas e menos favorecidas econômica e culturalmente, diga-se orientais em sua grande maioria, vem se integrando mais e mais ao *mainstream* israelense. Processo que não seria viável não fosse a legitimidade auferida às narrativas particulares dos “outros” – judeus orientais, sobreviventes do Holocausto,

emigrantes da ex-União Soviética, etíopes etc. Neste marco de mudança de mentalidades, também a diáspora, percebida como antítese do sionismo, foi reabilitada e reconciliada à narrativa israelense. Um exemplo é a intensidade das viagens educativas organizadas pelos colégios israelenses aos campos de extermínio na Polônia, agora “necessárias” à formação da identidade dos jovens israelenses, e por tabela dos jovens judeus da diáspora. Neste sentido, Israel, pela sua idiosincrasia, é responsável também pela exportação do segundo referencial mais importante do ser judeu atual: a memória do Holocausto. As visitas de jovens judeus da diáspora, há anos organizadas para o conhecimento *in loco* de Israel, são atualmente condicionadas a uma prévia peregrinação pela via dolorosa dos lugares “santos” da martirologia judaica na Polônia. Massada e seus defensores cederam seu lugar simbólico a Auschwitz e suas vítimas.

A imagem do sabra – pioneiro, construtor e combatente, personificação do mito do “novo homem” – foi substituído pela vítima do Holocausto, paradigma do novo mito judaico. Não há nada mais dinâmico (e irônico) do que a construção (e a manipulação) da memória judaica em nossos dias. Mas não nos iludamos, a Shoá não é a história judaica e sim parte dela, e tampouco deve ser usada como sustentáculo principal ou único da identidade judaica, percebida mormente como substituto da religião.

Incógnitas de um futuro incerto

A criação do Estado de Israel foi o maior feito do sionismo e demonstração da vitalidade do povo judeu. Israel surgiu apesar do Holocausto, tornando-se fator de equilíbrio e de rejuvenescimento da vida nacional judaica após a Segunda Grande Guerra.

O segundo feito mais importante do sionismo

foi o renascimento da língua hebraica, utilizada até então nos marcos tradicionais e sagrados como língua sagrada. A língua e cultura hebraica, mais do que outros fatores, são na atualidade o meio mais eficaz para sedimentar e continuar o processo criativo da civilização judaica. Não há, no entanto, revolução gratuita; a grande sacrificada foi a língua e a cultura ídiche, considerada até então *mame loshn* (língua materna, em ídiche) pelas diásporas idichistas, reduzida num sentido figurado a *loshn kodesh* (língua sagrada) após e em consequência da Shoá.

Contudo, seis décadas após a independência, a integração e normalização de Israel no Oriente Médio está por se realizar. O futuro do sionismo depende em grande parte da sua inserção na região, da sua aceitação e legitimidade para ser um Estado Judeu. *And last but not least*, seu futuro dependerá da pacificação de suas relações com o povo palestino e da resolução das questões vitais e pendentes do conflito: (a) os refugiados palestinos; (b) os territórios ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias; (c) Jerusalém como capital para ambos os povos; (d) a questão da paz com fronteiras reconhecidas incluindo países do universo árabe e muçulmano. Na área interna, os problemas e desafios para o futuro de Israel não são menores, porém têm caráter não-violento ou aparentemente de baixa tensão quando comparados com os externos. Como conciliar a continuidade do Estado Judeu assegurando ao mesmo tempo seu caráter civil e democrático? Como integrar minorias não-judaicas à sociedade israelense, assegurando direitos e exigindo deveres iguais aos da maioria judaica? Como manter um equilíbrio econômico, num processo capitalista e globalizado ascendente, evitando a marginalização social de setores desafortunados, luxo que Israel não se pode permitir sem colocar em xeque sua estrutura interna? Israel, também num futuro próximo, continuará a ser dinâmico, interessante e instigante.

REFERÊNCIAS

- DUBNOV, Simon. *Jewish history: an essay in the Philosophy of History*, 1929 (e-book: www.gutenberg.org/dirs/etext05/8jwhs10.txt).
- EPSTEIN, Isaac. *Sheelá neelamá* ("A questão ignorada"). Odessa: Achiassaf, 1907.
- HA'AM, Achad. Truth from Eretz Yisrael [Ensaio, 1891], parcialmente reproduzido em KUSHNER, Tony; SOLOMON, Alisa (ed.). *Wrestling with Zion: Progressive Jewish-American responses to the Israeli-Palestinian conflict*. Jackson, TN (USA): Grove Atlantic, Nov. 2003. Disponível em: www.groveatlantic.com/grove/bin/wc.dll?groveproc~genauth~3111~4164~EXCERPT. Acesso em 15.nov.2008.
- HERZL, Theodor. *O Estado judeu*. Trad. David José Pérez. São Paulo: Organização da Pioneira Judia, 1949.
- NEIVA, Artur Hehl. *Deslocados de guerra: a verdade sobre sua seleção*. Rio de Janeiro: s/e, 1949.
- NOVICK, Peter. *The Holocaust and collective memory*. London: Bloomsbury, 2000.
- WEIZMANN, Chaim. *Notes of evidence taken on Wednesday, 25th November*, 1936. Jerusalem: Palestine Royal Commission, 1936. [Edição em espanhol: *El pueblo judío y la Palestina*. Buenos Aires: Federación Sionista Argentina, 1937.]
- _____. Full text of Dr. Weizmann's speech to the Zionist Congress". *Supplement to "Palestine"*, August 11st, 1937.